



CRIMES PASSIONAIS E SISTEMA DE JUSTIÇA: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A COMARCA DE TOLEDO-PR (1954-1979)*

PASSIONATE CRIMES AND SYSTEM OF JUSTICE: A HISTORICAL VIEW ON TOLEDO-PR DISTRICT (1954-1979)

YONISSA WADI** E FERNANDA PAMPLONA RAMÃO***

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir os chamados “crimes da paixão”, ou seja, os homicídios tentados ou consumados entre parceiros afetivos e/ou sexuais, registrados na jurisdição da Comarca de Toledo-PR entre os anos 1954 e 1979, ao serem apropriados e processados pelo Sistema de Justiça Criminal Brasileiro. Busca-se no texto compreender o funcionamento do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro nos referidos crimes, que configuram violências de gênero, perce-

Abstract

The aim of this article is to discuss the calls “crimes of the passion”, in other words, the attempted and consumed homicides between sexual and affectionate partners and/or, registered in the jurisdiction of the Toledo-PR District between the years 1954 and 1979, to be appropriate and processed by the System Brazilian’s Criminal Justice. This work searches to understand the operation of the System Brazilian’s Criminal Justice referred these crimes, that configure gender

* Artigo recebido em 15-06-2005 e aprovado em 25-05-2007.

** Doutora em História Social. Professora dos Cursos de Ciências Sociais e Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios. Líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Relações de Gênero e Memória – UNIOESTE/Campus de Toledo. Endereço eletrônico: yonissamw@uol.com.br / yonissa@unioeste.br

*** Bacharel em Ciências Sociais. Bolsista PIBIC – UNIOESTE/CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Relações de Gênero e Memória – UNIOESTE/Campus de Toledo. Endereço eletrônico: fernanda_pr@onda.com.br

bendo como se dá sua apropriação e processamento pelo sistema de justiça e como são mobilizados e/ou manipulados pelos diferentes sujeitos envolvidos em um processo judicial, os papéis e os atributos socioculturais que definem homens e mulheres, destacando, assim, o movimento de uma trama histórica que converte diferenças de gênero em desigualdades no âmbito do Judiciário em certo tempo e lugar.

Palavras-chave

Homicídios – Papéis sexuais – Processos judiciais – Justiça Criminal – Comarca de Toledo

violence, noticing how the appropriation and processing for the system of justice are mobilized and manipulated by the different actors involved in a judicial process, the roles and the partner-cultural attributes that define men and women, and the movement of a historical context that it converts gender differences inequalities in the judicial system, in a certain time and place.

Keywords

Homicides – Sexual roles – Judicial process – Criminal Justice, Toledo District

Introdução

Este artigo propõe mapear e discutir o caso-limite da violência física, os homicídios, especificamente os consumados ou tentados entre parceiros afetivos e/ou sexuais, os chamados “crimes passionais” ou “crimes da paixão”, registrados na jurisdição da Comarca de Toledo-PR, entre os anos 1954 e 1979, ao serem apropriados e processados pelo Sistema de Justiça Criminal Brasileiro. Trata-se de uma reflexão teórico-metodológica e de pesquisa empírica em fontes primárias sobre o tipo de crime em análise, que tem como objetivos perceber como se dá sua apropriação e processamento pelo Sistema de Justiça e como são mobilizados e/ou manipulados pelos diferentes sujeitos envolvidos em um processo judicial, os papéis e os atributos socioculturais que definem homens e mulheres, destacando, assim, o movimento de uma trama histórica que converte diferenças de gênero em desigualdades no âmbito do Judiciário em um certo

tempo e lugar. Neste sentido, a análise visa a contribuir para a construção de uma nova história regional (Wadi, 1997), descortinando experiências relegadas ao ostracismo por uma historiografia regional ainda cega às relações de gênero como constituintes de relações de poder que constroem o social (Scott, 1990). Outras interpretações sobre identidades e subjetividades masculinas e femininas somente virão à tona na medida em que experiências vividas em diferentes conjunturas do passado forem gradativamente documentadas. Assim, poderá emergir não apenas a história da dominação masculina, mas também as improvisações, os papéis informais, as resistências, os processos de subjetivação e singularização de homens e mulheres (Dias, 1994).

Por outro lado, sabe-se que violência, criminalidade e funcionamento da Justiça são temas cada vez mais discutidos, tanto no âmbito nacional quanto no regional, visto os altos índices de transgressões registrados diariamente e que acabam sobrecarregando nosso Sistema de Justiça Criminal. A Anistia Internacional (organização de defesa dos direitos humanos) constatou que, no quadro das violências de gênero, as violências que acometem as mulheres – entre as quais os homicídios tentados e consumados – são um dos desafios mais persistentes à defesa dos direitos humanos de nossa era, o que instiga uma reflexão cuidadosa sobre a problemática, circunscrevendo os contornos regionais e locais das ocorrências e seus desdobramentos, bem como sua relação com fenômenos amplos e globais.

As fontes utilizadas na construção deste artigo são autos criminais decorrentes do tipo de crime, período e região, anteriormente delimitados. Foram localizados 19 processos criminais referentes a tais crimes¹. Parte desses autos – os processos prescritos ou em que o réu foi absolvido – encontra-se sob guarda do Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP, da Universidade Estadual do Oeste do

1 – Considerou-se todos os casos tipificados inicialmente como homicídio consumado ou tentado, mesmo os casos de tentativa de homicídio que posteriormente foram desclassificados para o crime de lesões corporais.

Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo. A outra parte da documentação analisada – processos criminais nos quais os réus foram condenados ou que ainda estavam tramitando no ano 1979, data-limite de arquivamento dos autos doados ao NDP – encontra-se nas dependências do Fórum da Comarca de Toledo-PR. A facilidade de acesso à documentação sob guarda do NDP, ou, por outro lado, as dificuldades de acesso àquela que permanece nas dependências do Fórum da Comarca, restringiu o recorte temporal às décadas apontadas. De qualquer forma, como se poderá observar na discussão apresentada no decorrer deste texto, os anos pesquisados correspondem, também, ao que se pode denominar – conforme a historiografia regional – como um mesmo período do processo histórico da região de abrangência da Comarca de Toledo, o período da colonização (Gregory, 2002).

Localizados os processos criminais, a etapa seguinte consistiu-se no fichamento dos mesmos, através de fichas de identificação circunstanciada dos casos, que foram construídas especialmente para a pesquisa. As reflexões teórico-metodológicas guiaram o trabalho junto às fontes. As variáveis fundamentais contidas nessas fichas (como relação entre vítima e acusado, situação econômica, faixa etária, instrumento do crime, naturalidade, tema do crime, escolaridade, profissão, tipo de advogado, etc.) foram construídas com base na literatura específica sobre o tema, em especial as obras de Corrêa (1983), Fausto (1984) e Ardaillon e Debert (1987). Após terem sido concluídos todos os fichamentos, os dados coletados foram computados e avaliados, servindo de base para a construção dos padrões dos crimes passionais na região e da temporalidade histórica delimitada. Procurou-se, assim, identificar quais os aspectos que se apresentaram como relevantes e que possivelmente determinaram a ocorrência e o julgamento desses crimes.

Por fim, dentre os autos criminais mais significativos, de acordo com a riqueza de detalhes, dois foram selecionados para a realização de uma descrição densa, no intuito de visualizar – a partir das diferentes narrativas contidas – os mecanismos e a lógica de julgamentos e atri-

buição de sentenças nos crimes de homicídio tentados ou consumados, tanto no que se refere aos códigos legais quanto aos discursos e/ou estratégias defendidas pelos diferentes agentes do Direito. Assim, buscou-se compreender como são mobilizados e/ou manipulados, pelos diferentes sujeitos envolvidos em um processo judicial, os papéis sexuais ou os atributos sociais que definem homens e mulheres.

Ao estudar os chamados “crimes passionais” através de processos judiciais, tenta-se aproximar amplas estruturas e processos sociais de um lado e de outro as experiências e práticas do cotidiano (Fausto, 1984). O uso de processos judiciais como fonte de pesquisa é um método já legitimado no meio acadêmico, em especial nas Ciências Humanas, devido à riqueza de possibilidades analíticas que propicia ao pesquisador. De modo geral, pode-se ler o processo judicial tanto sob uma ótica técnica – considerando normas, prazos, etc. – quanto através de uma leitura social. Aqui, optou-se por esta última possibilidade.

A utilização de processos judiciais como fonte histórica justifica-se pelo fato de que tanto os depoimentos quanto os juízos de valor contidos nesses processos apontam para a prática social dos envolvidos (Ribeiro, 1997). Ademais, os processos judiciais permitem certo contato com uma dada realidade, com um tempo e espaço determinados. Ribeiro (1997) afirma a possibilidade de discussão, através dos processos judiciais, de aspectos culturais, econômicos, sociais, de normas, da moral. Enfim, há a possibilidade do estudo das representações e das práticas sociais de uma determinada sociedade ou fração desta.

Organização social de gênero e o fenômeno da violência

O conceito gênero é utilizado para designar um sistema de relações entre homens e mulheres que é determinado por contextos sociais, culturais, políticos e econômicos, e não por características naturais ou biológicas. O gênero é um processo permanente, através do qual mulheres e homens, possuidores de diferenças sexuais biologicamente determinadas, adquirem diferentes papéis baseados em seus sexos

(INSTRAW, 1995). Os papéis de gênero, ou os estereótipos do masculino e do feminino considerados como ideais em nossa sociedade, são construídos coletivamente e podem variar de acordo com o lugar e com a época. Assim, de modo geral, o conceito gênero é empregado como um meio de se referir à organização social da relação entre os sexos. Para Scott (1990: 147), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Tal definição é fundamental para o entendimento das relações “anteriores a” e “estabelecidas no decorrer” da transformação de um ato transgressor em um auto criminal (Corrêa, 1983).

Na organização social de gênero vigente na sociedade brasileira, no período estudado, ainda estavam arraigados – no imaginário coletivo – padrões fixos de comportamentos para mulheres e homens. Imagens idealizadas do masculino e do feminino “[...] só ganham forma e têm tanta eficácia em situações vividas porque partem de um substrato de representações profundamente ancorado na consciência coletiva” (Fausto, 1984: 113). A imagem masculina ideal, na região e período estudados, era geralmente construída em função das expectativas de proteção e assistência à família, função que era possibilitada pelo trabalho. No caso feminino, a identidade social esperada pela coletividade era a de cuidar bem da família, dos filhos, do marido, enfim, do lar.

Há certas formas de violência que são, em alguma medida, legitimadas em nossa sociedade, a exemplo da agressão física às mulheres. Segundo Fausto (1985: 93-94) essa é uma prática “tida como receita pedagógica eficaz na sociedade brasileira e não apenas nela”. Esse tipo de violência é, até certo ponto, tolerado pela coletividade e faz parte do processo de socialização dominante. Entretanto, um quadro de violência nas relações pessoais, especialmente entre companheiros afetivos e/ou sexuais, pode evoluir e chegar ao caso-limite da agressividade física: o ato do homicídio.

O rompimento máximo das relações de sociabilidade – o atentado contra a vida de alguém – é a ação humana mais constantemente

criminalizada nas diferentes sociedades. Nas palavras de Fausto (1985: 92): “o alcance da definição, a maior ou menor reprovação social do ato, de acordo com as circunstâncias ou contra quem se dirija, podem variar, porém a regra básica é a da cominação de pena a quem suprime uma vida”.

Crimes passionais e Sistema de Justiça

Proveniente do latim, *homicidium* (morte violenta), a designação da palavra homicídio no sentido penal exprime a destruição da vida de um ente humano, provocada por ato voluntário (ação ou omissão) de outro ser humano.

Os crimes de homicídios estão tipificados na *Parte Especial* do Código Penal brasileiro. O TÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A PESSOA engloba os seguintes capítulos: Capítulo I – *Dos Crimes Contra a Vida*; Capítulo II – *Das Lesões Corporais*; Capítulo III – *Da Periclituação da Vida e da Saúde*; Capítulo IV – *Da Rixa*; Capítulo V – *Dos Crimes Contra a Honra*; e, por fim, o Capítulo VI – *Dos Crimes Contra a Liberdade Individual*.

Aqui foram considerados os dois primeiros capítulos, referentes aos arts. 121 a 129 do Código Penal. No primeiro capítulo, intitulado *Dos Crimes Contra a Vida*, encontram-se tipificados os crimes de homicídio simples, de homicídio qualificado e de homicídio culposo, além dos crimes de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio; infanticídio; aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento; aborto provocado por terceiro; aborto necessário; e aborto no caso de gravidez resultante de estupro. No segundo capítulo, intitulado *Das Lesões Corporais*, estão tipificados os crimes de lesão corporal; lesão corporal culposa; lesão corporal de natureza grave; e lesão corporal seguida de morte. Na realização da pesquisa, foram considerados apenas os crimes de homicídio e de lesões corporais, pois é comum que, em casos de homicídio tentado, o delito seja desclassificado para o crime de lesões corporais, que significa ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. Entretanto, maior atenção será dada aos homicídios.

No caso de homicídio tentado, da mesma forma como em qualquer outro tipo de crime que não tenha sido consumado, o artigo referente ao crime consumado – neste caso o art. 121 – é combinado com o art. 14, referente ao crime tentado. São enquadrados nessa tipificação os delitos que não se consumaram por circunstâncias alheias à vontade do agente. Na linguagem jurídica, é também chamado de crime falho. A tentativa é punida com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços (Delmanto *et al.*, 2002). Entende-se por homicídio consumado aquele no qual o ato de destruição pretendido pelo agente ou os meios por ele empregados realizaram a sua intenção criminosa de matar a pessoa por ele visada, ou seja, quando se reúnem todos os elementos de sua definição legal.

Segundo as circunstâncias em que o homicídio é praticado, ele é considerado: homicídio simples, quando se destrói a vida de alguém através de um ato voluntário, sem qualquer agravante que altere sua natureza comum; homicídio qualificado, quando possui maior gravidade, tendo em vista a intensidade do dolo e o grau de perversidade do agente; e homicídio culposo, no qual não há intenção criminosa, isto é, quando não houve a intenção de matar e cujo ato não foi previsto pelo agente, como a maioria dos acidentes de trânsito. Conforme se visualiza nos processos estudados, os chamados “crimes da paixão” são enquadrados, em sua maioria, como homicídio qualificado, devido às circunstâncias de consumação do fato. A gradação da pena depende dos motivos desencadeadores do crime, bem como dos modos e dos meios empregados para sua consumação.

São elementos qualificadores do homicídio: agir por pagamento ou recompensa; agir por motivo torpe (como a vingança) ou agir por motivo fútil, cuja irrelevância do crime não justifica o ato; se há alguns meios empregados, como: veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso e cruel. O modo como o crime foi cometido também pode qualificar o delito: se cometido à traição, de surpresa ou com o uso de outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa da vítima.

Ademais, é agravante o fato de o crime ter sido motivado para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime.

Atendidas certas particularidades anotadas em relação ao agente criminoso e à pessoa cuja vida é, pelo primeiro, destruída, o homicídio torna-se especialmente qualificado. Essas particularidades dizem respeito ao crime cometido contra o feto ou criança recém-nascida, contra parentes e cônjuges (Slaibi Filho & Alves, 2000). Este último é denominado juridicamente como uxoricídio.

Da mesma forma que existem situações agravantes do delito, existem elementos atenuantes capazes de amenizar a pena. O Código Penal brasileiro (1940) prevê as seguintes situações atenuantes: ser o agente menor de vinte e um ou maior de setenta anos; agir em legítima defesa própria ou de outrem. Ou ainda se o agente cometer o crime motivado por relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção logo em seguida à injusta provocação da vítima. Nesse caso, o homicídio é considerado “privilegiado”.

Eluf (2003: 133) esclarece que nos casos de homicídios, como na maioria dos delitos, a ação penal é pública. Isto equivale dizer que os crimes contra a vida são, antes de tudo, cometidos contra a ordem dominante e a sociedade representada pelo Estado, e, portanto, o oferecimento da denúncia compete a um membro do Ministério Público Estadual. Se este não agir dentro do prazo legal e não der início à ação penal pública, conforme previsto em lei, a parte ofendida poderá fazê-lo para sanar a omissão do órgão oficial. Trata-se da Ação Privada Subsidiária Pública (art. 29 do CPP e art. 5º, LIX, da CF), mas que dificilmente acontece.

É fundamental ressaltar que não é qualquer delito envolvendo um homem e uma mulher, mesmo que possuam um relacionamento amoroso, que pode ser denominado passional em linguagem jurídica, mas apenas aqueles nos quais os motivos que levaram o agente à prática do crime foram resultantes do “amor” excessivo, como: ciúme, traição, abandono, etc. Esses assassinatos deflagram uma crise num certo nível

de valores e são reflexo da quebra do sistema normativo e dos estereótipos do masculino e do feminino aceitos como ideais pela nossa sociedade. Embora nem todos os casos estudados sejam de cunho passional, na acepção jurídica do termo, em todos os casos os sujeitos estão envolvidos em uma relação afetiva e/ou sexual que, necessariamente, os coloca na trama dos papéis sociais e sexuais construídos historicamente.

Para Eluf (2003), esse tipo de crime – chamado passional – costuma ser uma reação de uma pessoa que se sente possuidora de outra, que se torna sua vítima, decorrente não apenas do relacionamento sexual e/ou afetivo, mas, também, do fator econômico. Isso se justifica, segundo a autora, especialmente em relação aos homens que sustentam suas mulheres, que, em muitos casos, as consideram um bem, um objeto. Sendo assim, acham-se no direito de dispor, inclusive, de suas vidas.

As etapas de construção de um auto criminal, bem como os prazos de cada fase, são regulados pelo Código de Processo Penal brasileiro, que realiza um papel intermediário entre os interesses sociais e o direito à defesa integral do acusado (Izumino, 1997). Segundo Kant de Lima (1999), o Código de Processo Penal regula três formas de produção da verdade: a policial, a judicial e a do Tribunal do Júri, em casos de crimes dolosos contra a vida humana. Para o entendimento desse texto, o fundamental é compreender a estrutura e o funcionamento do Tribunal do Júri, instituição determinante para o desfecho dos crimes aqui analisados.

O Tribunal do Júri é a instituição responsável pelo julgamento dos crimes dolosos contra a vida humana, objeto desse estudo, sendo composto por membros da comunidade que devem representar toda a sociedade. O Júri faz parte do Judiciário e deve ser composto por cidadãos idôneos e de boa formação moral, geralmente pertencentes à classe média. Para Corrêa, através das listas de jurados é possível perceber:

“[...] quem são os principais guardiões da ordem pública, dos valores estabelecidos, as pessoas respeitáveis que detêm o poder de decidir se a quebra de uma regra básica de relacio-

namento entre as pessoas pode ou não ser considerada legítima, e em que termos”. (Corrêa, 1983: 78) “Uma certa estabilidade do Corpo de Jurados, tanto em termos de pessoas listadas como das profissões representadas, e um certo relacionamento entre os atores jurídicos e julgadores vai permitir que observemos um padrão na decisão dos casos”. (Corrêa, 1983: 79)

Instantes antes de iniciada a sessão do Tribunal do Júri são sorteados apenas sete cidadãos, dentre os vinte e um convocados, para comporem o Conselho de Sentença. No entanto, é necessário que pelo menos quinze se façam presentes no momento do sorteio. Cada parte envolvida – acusação e defesa – pode recusar até três membros injustificadamente. Conforme Adorno (1994: 144): “assim, por exemplo, no julgamento de crimes passionais, a maior ou menor presença de um dos sexos pode suscitar certa identificação com a figura do réu ou da vítima, resultando em desfecho condenatório ou absolutório sem consideração efetiva para com o crime cometido”. Acrescenta o autor (1994: 142): “nos conflitos que envolvem companheiros vitimizando suas companheiras, ou vice-versa, o desfecho e a gradação da pena dependem das estratégias adotadas pela Promotoria e Defensoria, bem como dos embates verificados no Tribunal”.

Apesar de as bases serem os códigos legais, o desfecho do julgamento de um crime pode ser até o contrário das regras vigentes. A decisão depende muito da sensibilidade e até mesmo da formação cultural dos membros julgadores. É considerando esse aspecto que muitos agentes do Direito se utilizam de estratégias sentimentalistas para que o crime seja julgado pela emoção ao invés da razão, como se fosse um processo de sedução: “é o elemento emocional o maior responsável pelo convencimento, aquele que essencialmente influencia e determina a decisão dos jurados” (Gabriel Chalita *apud* Eluf, 2003: 124). Pode-se dizer que o embate entre defesa e acusação em plenário do Júri é uma guerra de influências, nas quais as armas utilizadas pelas partes são as habilidades pessoais.

A decisão do Júri é soberana e não pode ser questionada, salvo em casos onde seja comprovada alguma irregularidade técnica na formulação dos quesitos ou na condução do caso (Izumino, 1997). Nessa circunstância e após a apelação, os Desembargadores podem anular a sentença e encaminhar o caso para novo julgamento, de acordo com cada situação.

Segundo autores que analisaram processos judiciais, como Corrêa (1983); Ardaillon e Debert (1987); Adorno (1994); e Izumino (1998), as estratégias utilizadas, tanto pela acusação quanto pela defesa, são semelhantes. A acusação, ao descrever o contexto em que ocorreu a quebra das normas, tenta apresentar o indiciado com uma imagem negativa, apontando suas inadequações sociais e enfatizando a ameaça que ele pode representar à sociedade, em contraposição aos atributos positivos da vítima. A defesa segue a mesma lógica, mas fazendo uma inversão dos papéis, mostrando a vítima como responsável pela consumação do crime, no intuito de justificar a prática do delito. O lado que se sair melhor nessa tarefa possui uma grande vantagem, pois “[...] a quebra da lei é aceita como justificada, e os acusados são absolvidos apenas quando se adequarem perfeitamente a essas identidades básicas, seus companheiros tendo sido apresentados como desviantes delas” (Corrêa, 1983: 91). A decisão depende de como o passado do acusado é apresentado aos julgadores: “quanto maior a legitimidade dos atos anteriormente cometidos pelo acusado nas várias áreas de sua atuação social, maior é a chance de que o ato ‘desviante’ julgado no momento seja também considerado legítimo. E vice-versa”. (Corrêa, 1983: 92)

Para Corrêa (1983) e Eluf (2003), as provas constantes nos processos criminais podem não ser inteiramente confiáveis, suscitando incertezas nos membros do Júri. É com base nessas dúvidas que os agentes jurídicos buscam explicitar a “verdade” de suas teses, preenchendo os espaços em branco do modo mais apropriado. Apesar de existirem procedimentos definidos, a estrutura do processo jurídico não proíbe que sejam dados passos não previstos. Para os agentes da ordem essa atitude não significa manipular ou distorcer informações, o que

justificaria a anulação do julgamento, apenas permite a livre interpretação das provas, que possibilita chegar a diferentes conclusões.

Dessa forma, é possível afirmar que os autos criminais são como um espelho complexo da realidade social. Verdades são construídas sobre os envolvidos e é a partir disso que estes são enquadrados ou não em um projeto civilizador (Pedro, 1997).

A história da região da Comarca de Toledo e a construção social dos papéis sexuais: uma breve explanação.

Antes da criação da comarca local, a região de Toledo pertencia à jurisdição da Comarca de Foz do Iguaçu. A Comarca de Toledo foi instituída em nove de junho de 1954 e abrangia os Municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Terra Roxa e Guaíra. Por volta dos anos 1960/62, ocorreu o desmembramento das cidades de Guaíra e Terra Roxa, que passaram a constituir outra Comarca. Pouco tempo depois, em 1966, foi criada a Comarca de Marechal Cândido Rondon. Por fim, em 1978, o Município de Palotina também foi desmembrado. Assim, contemporaneamente, a Comarca de Toledo abrange, além da cidade de Toledo, os Municípios de Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste e São Pedro do Iguaçu, que foram emancipados recentemente.

A região abrangida pela referida Comarca, assim como grande parte da região Oeste do Paraná, possui cerca de cinco décadas de colonização mais intensa. O processo de ocupação da região conhecida como Fazenda Britânia, onde foram fundados os Municípios pertencentes – em diferentes momentos – à Comarca de Toledo, foi caracterizado pela estratégia de atrair trabalhadores ligados às atividades rurais, especialmente migrantes vindos da Região Sul do Brasil (Gregory, 2002). Segundo Gregory (2002), tratava-se de uma área com solo fértil, de clima favorável à produção agrícola, com características promissoras e com grandes possibilidades de desenvolvimento rápido.

Embora houvesse a predominância dos chamados eurobrasileiros – descendentes de imigrantes alemães e italianos –, vindos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nos primeiros anos da consolidação da ocupação da região Oeste do Paraná, especificamente do território da Comarca de Toledo, não se pode desconsiderar a presença de migrantes provenientes dos mais variados Estados brasileiros, conforme se percebe através da variável naturalidade dos envolvidos nos crimes estudados – descrita no próximo tópico –, que demonstra certa diversidade étnico-cultural, um aspecto marcante da realidade nacional.

A confluência de pessoas provenientes de várias regiões do País, especialmente dos Estados do Sul, acabou marcando a região com algumas características peculiares. Valores culturais se somaram, alguns se perderam no tempo, e, a todo o momento, houve uma reestruturação dos valores comuns a uma determinada coletividade, que podem ser percebidos através das mudanças em suas práticas cotidianas.

Desde 1954 – ano da criação da Comarca local, até a década de 1970 – limite temporal desse texto, pode-se dizer que a região sob jurisdição daquela tinha sua economia predominantemente baseada na agricultura em pequenas propriedades, com cerca de 80% da população residente no campo. Segundo Sella (2004: 22), o *modus vivendi* da população que habitava a Região Oeste, no período estudado, foi fortemente marcado pela “[...] rigidez do sistema familiar que criava um distanciamento entre mulheres e homens, o forte apego à fé cristã e à tradição européia, que reforçam a dualidade homem/mulher, fazia com que aquelas pessoas que vinham em busca de terras no Oeste trouxessem consigo definidos os papéis dos agentes feminino e masculino”.

Entre as décadas de 50 e 70 do século XX, pode-se afirmar que a sociedade local vivia um momento no qual a organização social de gênero era bastante determinista e hierarquizada. Nessa estrutura, a supremacia masculina era sentida inicialmente na divisão do trabalho. Os homens eram responsáveis pela contabilidade familiar e geren-

ciamento de sua prole, ao passo que as mulheres tomavam conta dos afazeres domésticos. Na vida pública, o quadro não era diferente. De acordo com Colodel (1988), apenas os homens podiam desfrutar de atividades recreativas ou sair sozinhos para encontrar amigos. A participação das mulheres nas atividades sociais, especialmente as políticas e à exceção das ligadas à igreja, era pequena, cabendo a elas o cuidado do espaço privado, do lar e dos filhos menores.

Para Corrêa (1983), a mobilização e/ou manipulação dos papéis sexuais e das características sociais que definiam homens e mulheres pelos diferentes agentes do Direito se fundamentavam em modelos de papéis sociais construídos coletivamente. A partir de dois eixos fundamentais – o trabalho e a fidelidade – é que podiam ser delineados dois tipos ideais de homem e de mulher. É importante destacar que essas afirmações são verdadeiras, para o lugar e período histórico estudados, este último correlato ao estudado pela autora (1952-1972). Para o homem, também na região da Comarca de Toledo, sua adequação era medida através do seu ajustamento no que dizia respeito à moralidade pública, ou seja, se era um cidadão honesto, trabalhador e cumpridor de sua função de provedor do lar. Para as mulheres, o relevante era seu enquadramento à esfera privada, isto é, suas relações domésticas. Deveria ser uma boa esposa e mãe, além de dona-de-casa prendada. Mas o principal mesmo era sua fidelidade. Segundo Corrêa (1983: 13): “Este sistema de valores torna a honra de um marido dependente de forma importante da conduta de outra pessoa, sua esposa, enquanto que a reputação das mulheres depende inteiramente delas próprias”.

Também no Oeste do Paraná, o casamento era a unidade padrão, enquanto modelo de união institucionalizada, que servia de molde comparativo para os demais tipos de relacionamento (namorados, noivos, amantes ou amásios), medindo a maior ou a menor aproximação a esse modelo (Corrêa, 1983: 136).

Padrões dos chamados “crimes passionais” registrados na jurisdição da Comarca de Toledo entre 1954 e 1979.

Nem todos os crimes envolvendo parceiros afetivos e/ou sexuais registrados no período estudado foram de cunho passionais no sentido jurídico da palavra. Desconsiderando um caso onde o indiciado foi absolvido pela negativa de autoria e outro no qual o agressor tentou contra a vida de sua amante por motivos ignorados, não obtendo sucesso, e suicidando-se em seguida, encontramos dentre os dezessete casos restantes onze ou 57% do total que podem ser classificados verdadeiramente como passionais, na acepção jurídica do termo, isto é, que foram resultantes do chamado “amor excessivo”. Nessa categoria foram incluídos os crimes desencadeados por ciúmes, abandono ou traição. Para a categorização dos outros crimes, foram considerados os delitos motivados por brigas e maus-tratos. Contudo, todos os casos foram considerados para a realização da análise dos padrões, pois se verificou que esses casos possuíam certa uniformidade, tanto no que diz respeito à ocorrência do delito quanto ao seu processamento pelo Sistema de Justiça Criminal. Ademais, em todos os eventos estudados os sujeitos estavam inseridos na trama dos papéis sociais e sexuais construídos historicamente.

De modo geral, é possível afirmar que o tipo de crime em análise era típico das relações mais estáveis e parecia se concretizar como resultado de um histórico de desentendimentos e desrespeitos. Assim, como constatou Saffioti (1994: 162): “Isto mostra que o processo de violência não sofre reversão espontaneamente. Ao contrário, tende a descrever uma escalada, o que constitui mais uma razão para a apresentação da queixa à Polícia tão logo ocorra a primeira agressão, a fim de preservar o bem maior, isto é, a vida”.

Dos dezenove casos registrados no período, quinze crimes foram cometidos por homens (79%) e quatro delitos foram cometidos por mulheres (21%). É importante destacar também que o índice de consumação do homicídio foi de 68% do total dos crimes. Os delitos cometidos por representantes do sexo feminino foram todos consuma-

dos, enquanto os crimes cujos agentes eram do sexo masculino foram consumados em exatamente 60% dos casos.

O tipo de união predominante entre réus e vítimas nos processos analisados, o casamento – seja este civil ou religioso, ou ambos –, corresponde a 47% do total, seguido respectivamente por 37% de amásios e 16% de amantes. Isso significa que 84% dos crimes ocorreram entre parceiros estáveis, que compartilhavam a mesma residência e tinham suas vidas cotidianas em comum.

Além da predominância de uxoricídios, ou seja, de assassinatos entre cônjuges², esses crimes eram também típicos de relações duradouras. Verificou-se, nos processos que conviveram entre cinco e dez anos, cerca de 15% dos envolvidos, enquanto outros 26% mantiveram um relacionamento entre dez e quinze anos. Aproximadamente 05% dos envolvidos se relacionaram afetiva e/ou sexualmente durante mais de quinze anos, e um total de 10% conviviam há mais de vinte anos. Apenas 10% dos protagonistas mantiveram relação afetiva e/ou sexual entre um e cinco anos, e 26% do total eram casais constituídos há um ano ou menos. Em um caso (05%) essa informação não foi registrada nos autos. Enfim, pode-se dizer que conviviam há mais de cinco anos 57% dos envolvidos e 42% possuíam uma relação instituída há mais de dez anos. Para reforçar a proposição do vínculo existente, é importante dizer que 74% dos dezenove parceiros afetivos e/ou sexuais envolvidos possuíam filhos em comum.

A respeito da informação sobre a condição econômica dos envolvidos foram encontradas algumas dificuldades, pois esse dado não aparece de modo objetivo em grande parte dos processos. Assim, a variável referente à situação econômica de acusados e vítimas foi coletada de modo indireto através de pistas e indícios presentes nos autos, como: a contratação de advogado próprio ou a indicação de um

2 – Aqui, utilizamos a denominação cônjuge para designar os envolvidos que possuíam uma relação institucionalizada, o casamento. Contudo, conforme demonstram as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na atualidade, a denominação cônjuge faz referência também a indivíduos amasiados.

advogado dativo³; através da profissão dos envolvidos; através do documento de qualificação do indiciado, presente em alguns processos, onde aparece menção à “condição econômica”, encontrando-se informações como “precária”, “regular”, etc. Por opção metodológica, foram criadas as categorias: baixa, média e alta. São categorias bastante abrangentes, porém, constituem-se como o meio considerado capaz de operacionalizar esses dados. Dentre os dezenove casos encontrados, dez envolveram parceiros de situação econômica baixa, o que corresponde a 53%. Oito crimes ocorreram entre indivíduos de situação econômica média, e apenas um caso foi registrado no período estudado envolvendo pessoas de situação econômica considerada como alta. É importante frisar que esses dados são, em larga medida, proporcionais à distribuição das classes sociais, tornando-se possível afirmar que o tipo de crime estudado ocorre independentemente da classe social do envolvidos.

A discussão sobre os agentes desencadeadores do crime é essencial, na medida em que é “indicativa das normas sociais de comportamento vigentes, das expectativas de conduta que estabelecem uma gradação do ato homicida, considerado ‘torpe’ em um extremo e ‘justificado’, no outro” (Fausto, 1984: 103). Através dos dados sobre o ensejo do assassinato entre parceiros afetivos e/ou sexuais, é possível visualizar, em alguma medida, os valores morais de uma dada sociedade, assim como os motivos que podem servir de justificativa para a consumação desse tipo de crime. O ato extremo de tentar contra a vida humana, supostamente do ser amado, foi desencadeado nos crimes estudados em grande parte por “ciúmes”, correspondente a 37% dos casos encontrados. Logo em seguida, aparecem os temas “brigas” (21%), “traição” (16%) e “maus-tratos” (11%). As outras categorias (abandono, negativa de autoria e ignorado) representam 05% do universo cada uma.

O *locus* predominante para a consumação do crime foi a residência dos protagonistas, o que ocorreu em dez crimes. Em cinco crimes,

3 – O termo defensor dativo refere-se a advogado designado pelo Juiz para atuar em defesa do réu que não possui condição financeira para constituir um defensor próprio.

constatou-se que o delito ocorreu nas proximidades da residência da vítima. Se agregadas essas duas categorias, encontra-se o percentual de 78% dos crimes ocorridos no espaço de vida em comum ou muito próximo a ele, o que é altamente significativo. Na sequência, em dois crimes aparece a casa de parentes e, em dois outros delitos, aparecem outros lugares (um “mamonal” e um “matagal”).

Confirmando a literatura existente (como Izumino, 1997), os dados comprovam, com 32% das ocorrências, que o dia preferencial da agressão ocorrida no espaço doméstico é o domingo. Se considerarmos todos os delitos ocorridos em finais de semana (sábado e domingo), momento em que a maioria dos protagonistas do caso passava mais tempo juntos, o índice sobe para 42%. Na sequência aparece, respectivamente, a segunda-feira, com 26%, a quinta-feira, com 21%, o sábado e a terça-feira, ambos com 10,5%.

O período do dia predominante para a prática do crime foi a madrugada, quando ocorreram 26% dos casos. Manhã e tarde tiveram 21% das ocorrências cada uma. A categoria ignorada engloba os crimes que foram descobertos alguns dias depois ou processos que não registraram essa informação, o que impossibilitou a descoberta desse dado.

Os instrumentos utilizados na prática do crime podem ser considerados reflexos dos padrões da atividade cultural, econômica, de uma política de Estado ou do estágio de desenvolvimento tecnológico de uma dada sociedade, segundo Fausto (1984: 95). Pelo fato de a região abrangida pela Comarca de Toledo, entre os anos 1954 e 1979, possuir características fortemente rurais, não surpreende uma maior utilização de armas brancas nos crimes, como facas, punhais, machados e foices, as duas últimas tradicionais instrumentos de trabalho na atividade agrícola. Estas armas foram utilizadas em 47% dos delitos. Em seguida, aparece a categoria armas de fogo, com 37%, incluindo revólveres, pistolas e garruchas. Se desagregadas ambas as categorias, armas brancas e armas de fogo, temos um número maior de crimes cometidos com garruchas.

A faixa etária predominante entre os homicidas do sexo masculino era de 30 a 39 anos, com 53% do total. No caso das mulheres, embora em número proporcionalmente menor, têm-se 50% destas com mais de 40 anos de idade, no momento da prática do crime. Todas as mulheres homicidas foram classificadas como sendo “brancas” pelos agentes jurídicos, enquanto entre os homens houve o predomínio de “brancos” e “pardos”, respondendo, cada um destas categorias, por 40% dos casos. Todas as indiciadas eram legalmente casadas com suas vítimas, ao passo que os homens eram casados em apenas 66% das ocorrências, nos outros 27% e 07% dos casos, respectivamente, os agentes dos crimes eram solteiros ou amasiados com suas vítimas.

Cerca de 53% dos indiciados masculinos trabalhavam no campo. Nos casos femininos, 75% das homicidas se declararam como sendo “do lar”, e apenas uma, ou 25%, se declarou como sendo professora. No que concerne ao nível de escolaridade, verificou-se que 66% dos acusados possuíam escolaridade inferior ao ensino fundamental incompleto, o correspondente a no máximo sete anos de estudo. Em 20% dos casos essa informação não foi registrada. No universo feminino, nenhuma possuía escolaridade superior ao ensino fundamental incompleto.

A maior frequência registrada nos autos de processos criminais estudados sobre a naturalidade dos envolvidos refere-se a acusados provenientes de outros Estados brasileiros, com destaque para os Estados da Região Sul do País – Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, porém há registros de indivíduos oriundos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Alagoas e Bahia. No caso masculino o percentual de acusados oriundos de outros Estados chegou a 73% e no caso feminino completou os 100%. Em relação à naturalidade das vítimas homens ou mulheres, os dados são precários. Os dados sobre a naturalidade de vítimas homens foram preenchidos em apenas um processo no qual a vítima era do Rio Grande do Sul. Para as vítimas as informações são um pouco mais completas, ou seja, em sete processos (47%) indicou-se a naturalidade das vítimas como de outros Estados – Rio Grande do

Sul, São Paulo e Alagoas –, em dois casos as vítimas eram naturais da região abrangida pela Comarca, e em um caso, oriunda de outra Comarca do Paraná, Foz do Iguaçu. Vale frisar, como se indicou anteriormente, que o período estudado é coincidente com o de acentuado fluxo migratório para o Oeste do Paraná, advindo de várias regiões do País.

Nenhuma das homicidas mulheres possuía antecedentes criminais, já dentre os acusados do sexo masculino, constatou-se um índice de 20% de homicidas com passagens anteriores pela Polícia. Verificou-se, também, que apenas 37% dos agentes de crime passionai registrados na Comarca de Toledo-PR, entre 1954 e 1979, foram presos em flagrante delito, ou seja, três mulheres e quatro homens que foram presos imediatamente após o crime cometido. Estes números correspondem, respectivamente, a 75% do universo feminino e 27% do universo masculino.

Pode-se afirmar, por outro lado, que, assim como os crimes foram majoritariamente cometidos por homens, foram também julgados por um Conselho de Sentença predominantemente masculino. O Corpo de Jurados nos processos analisados foi composto por 91% de homens, contra apenas 09% de mulheres, ou seja, nos casos levados ao Tribunal do Júri – oito dos dezenove casos –, apenas cinco mulheres participaram do Conselho de Sentença, contra cinquenta e um homens. Fontolan (1994) acredita que esta presença diferenciada de homens e mulheres no Tribunal do Júri se deva ao fato de que os profissionais da Justiça vêem homens e mulheres como “portadores de características naturais que necessariamente determinam seu modo de apreensão da realidade, e no caso específico, dos crimes que estão sendo julgados” (Fontolan, 1994: 79). A autora ressalva, contudo, que não são todas as mulheres as excluídas e nem todos os homens os credenciados, pois “lógicas de outra ordem estão inter-relacionadas à lógica de gênero na operacionalização das escolhas e das exclusões” (Fontolan, 1994: 72). A posição social também é relevante. As classes populares não são consideradas aptas tecnicamente, pois tenderiam, segundo esta perspectiva, a se confundir na apreensão das provas e na votação dos quesitos.

Para Fausto (1984: 229), “é de senso comum que, embora tenha o qualificativo de popular, o Júri não inclui gente das classes populares”.

Dentre os dezenove casos de homicídios ou tentativas de homicídios registrados no período, percebe-se um elevado número de processos onde foi extinta a punibilidade do agente. Na maioria desses casos, sete exatamente (37%), dentre os quais seis homens e uma mulher, a sentença justifica-se pela morte do acusado. Em apenas um, a extinção da punibilidade foi decretada em face da prescrição do processo, caso em que o indiciado nunca fora localizado.

Nos casos efetivamente julgados, doze no total – quatro pelo próprio Juiz encarregado e oito pelo Júri Popular⁴ –, seis acusados – dentre os quais uma mulher – foram absolvidos, correspondendo a 32% do universo. Em outros três casos, os acusados foram absolvidos, mas com internamento como medida de segurança (16%), mais especificamente duas mulheres e um homem, declarado indígena e chamado “silvícola” no processo. Apenas três dos acusados foram condenados (16%), todos homens. Um desses crimes era de homicídio consumado e dois eram de tentativa de homicídio.

Assim, dentre os processos que foram efetivamente julgados, doze no total, em 50% dos casos a sentença foi favorável aos acusados, beneficiando cinco homens e uma mulher; em 25% dos casos houve a condenação de todos os acusados, que eram do sexo masculino; e em 25% deste universo, os réus – duas mulheres e o homem considerado “silvícola” – foram absolvidos, porém com internamento como medida de segurança.

Dentre os casos julgados (12), sete réus – seis homens e uma mulher –, ou 58% do universo, contaram com o apoio de um defensor

4 – Os quatro casos julgados que não foram submetidos ao Tribunal do Júri correspondem respectivamente a: dois casos em que a tipificação oferecida pela denúncia do Promotor como tentativa de homicídio foi desclassificada para lesões corporais; um caso em que o Juiz decretou a extinção da punibilidade, mas decretou o internamento da acusada como medida de segurança; e um caso no qual o Juiz absolveu sumariamente a acusada, decretando, porém, como no caso anterior, seu internamento como medida de segurança.

próprio, e os outros cinco – duas mulheres e três homens –, 42% do universo, com a ajuda de um defensor dativo. A relação entre o tipo de advogado e a sentença evidencia que, nos processos onde atuaram advogados dativos, ocorreu uma proporção maior de condenações (40%), em oposição aos casos onde a defesa foi realizada por um defensor próprio (14%). Nos processos onde os réus foram defendidos por advogados dativos, não houve absolvições “totais”, por assim dizer, mas apenas absolvições com internamento como medida de segurança, o que corresponde a 60% dos casos. Em casos onde atuaram defensores próprios, sete no total, apenas um réu do sexo masculino foi condenado, contra seis absolvições, mais propriamente cinco homens e uma mulher. Neste caso, o índice de absolvição foi de 86%, e o de condenação, 14%.

“Crimes da paixão”: descrições de casos reais através dos processos judiciais.

Partindo das narrativas contidas em dois dos processos analisados e considerados “crimes da paixão” – um homicídio consumado no ano 1969 e uma tentativa de homicídio ocorrida no ano 1974 – procura-se, a seguir, evidenciar qualitativamente a lógica que norteou os julgamentos e atribuição de sentenças nesses casos. Busca-se perceber, igualmente, em que sentido papéis e atributos socioculturais que definem homens e mulheres foram mobilizados e/ou manipulados pelos diferentes agentes sociais envolvidos nessa trama histórica.

Segundo Corrêa (1983), é possível delinear três categorias de classificação quanto “ao maior ou menor ajustamento dos envolvidos em crimes passionais aos papéis sexuais construídos historicamente e coletivamente”, que determinariam a intensidade de suas penas. A primeira das categorias é a “imagem completa”, quando o homem ou mulher se enquadra perfeitamente na imagem de pessoa honrada e cumpridora dos seus deveres; a segunda, a “imagem incompleta”, no caso de uma imagem fora de foco, que tenta se assemelhar ao máximo com a primeira; e a terceira, a “imagem rompida”, onde ambos são

iguais na negação dos dois atributos principais do homem e da mulher.

O caso Lindomar/Rosana⁵

Em depoimento constante no PCr nº 30/69, Edvaldo da Silva afirmou que seu genro, Lindomar, apareceu em sua casa – no lugarejo de Entre-Rios, distrito de Marechal Cândido Rondon-PR –, no dia 17 de abril de 1969, pretendendo lá pernoitar. O sogro estranhou a ausência da filha Rosana, que, segundo Lindomar, teria ficado na casa de ambos em Novo Sarandi, distrito do vizinho Município de Toledo. Na manhã seguinte, antes de sair, Lindomar chamou Edvaldo em particular, dizendo-lhe que Rosana, dias atrás, havia fugido com outro homem em um automóvel de marca *Gordini*, vindo a sofrer um acidente fatal pouco além da Capital do Estado. Em face da notícia trágica, Edvaldo pediu ao genro que voltasse para levá-lo até o referido local, no intuito de obter mais detalhes sobre o ocorrido, inclusive para fins de inventário⁶. Porém, passados quatro dias sem que Lindomar retornasse, Edvaldo decidiu ir à sua procura em Novo Sarandi. No lugarejo, depois de conversar com muitos vizinhos, que afirmavam nada saber sobre o paradeiro de Rosana, obteve a informação de que Lindomar havia cavado um buraco no quintal de sua residência, cerca de dois meses atrás, e que este recentemente aparecera coberto. Chegando até o local, Edvaldo percebeu que a terra estava bastante fofa e que possuía capim plantado em cima. Segundo registros do processo, nesse momento, Edvaldo afirmou: “Minha filha está aí”.

Contando com a ajuda de dois homens, cujos nomes ignorava, e após algum esforço, o pai de Rosana enterrou uma vara com profun-

5 – Relato baseado nas peças do processo criminal: Juízo de Direito da Comarca de Toledo. PCr nº 30/69, 1969. Todos os nomes dos envolvidos (vítima/réu/testemunhas) no processo, bem como dos agentes jurídicos, foram trocados por pseudônimos. Manteve-se, no entanto, nomes reais de localidades e datas.

6 – “Depoimento de Edvaldo, 23-04-1969”. Juízo de Direito... PCr nº 30/69, *op. cit.*, p. 17 e v. A descrição do crime constante no restante deste parágrafo, bem como nos próximos, salvo indicação em contrário, foi baseada neste depoimento.

didade no buraco, que, ao ser retirada, trouxe consigo um cheiro putrefato. Edvaldo, então, sentindo-se mal, decidiu ir à procura de um delegado, o qual determinou a abertura do referido buraco, onde foi descoberto um cadáver já em adiantado estado de decomposição. O corpo, que Edvaldo reconheceu como o de sua filha Rosana, tinha uma mordança e um pano cobrindo o rosto, as mãos estavam amarradas para cima, e um travesseiro de espuma estava sobre o rosto e parte do corpo.

Um jovem de 15 anos, que trabalhara para o casal auxiliando-os nos serviços domésticos e que serviu como testemunha informante no processo, afirmou que quando soube da descoberta de um cadáver na casa do então professor Lindomar foi até lá e constatou que o travesseiro que cobria a vítima era o mesmo que Lindomar, dias antes – no feriado de Páscoa quando a vítima e seu provável assassino teriam ido a Entre-Rios –, levava consigo, alegando que era para se sentar. Quanto ao buraco aberto no fundo do quintal, disse que era comumente usado para depositar lixo, mas que no segundo dia de Páscoa notou que o mesmo estava fechado e sobre ele havia sido plantado um pé de capim-elefante. Ao ser perguntado sobre isto pelo informante, Lindomar teria dito que “matara uma cachorra da vizinha, aí a enterrara, mas que ele não contasse a ninguém”. Além disso, depois da Páscoa, quando Rosana já não era mais vista, o professor não almoçava nem jantava na casa, mas “vinha dormir aí e fazia o informante posar junto bem assim um irmãozinho seu”. O informante tinha conhecimento também de que Lindomar levava Irene Dias – enfermeira em Novo Sarandi – em seu carro para o ginásio, e, quando ele saía de casa, ela ia olhar para ele, pois eram vizinhos⁷.

Estupefato, o pai da moça afirmou que o casal sempre vivera bem, que brincavam muito um com o outro e que sua filha se encontrava grávida de cinco para seis meses⁸. Contradizendo esta afirmação, populares informaram

7 – “Depoimento de testemunha, 22-08-1973”. Juízo de Direito... PCr nº 30/69, *op. cit.*, p. 164 e v.

8 – A perícia não apurou a veracidade dessa afirmação.

a Edvaldo que nos últimos tempos o casal brigava muito, pois Lindomar andava de conversinhas com a moça de nome Irene Dias e que Lindomar chegou a espancar Rosana em razão de seu ciúme da dita enfermeira, o que motivou o chamado ao médico do lugarejo para atendê-la em casa. Informaram também os populares que, alguns dias antes, Lindomar havia dito para os vizinhos que Rosana fora a Entre-Rios cuidar de seus pais, que estavam doentes, e que ele também estava se mudando para a casa do sogro e para tanto vendera todos os bens que possuíam (como móveis e animais), por um preço consideravelmente baixo. Depois disto não fora mais visto. No depoimento de Constantino – o vizinho que comprara os bens do casal –, assim como no de outras testemunhas arroladas nos autos, aparece a menção de que “só o próprio Lindomar seria capaz de tamanho crime, isso devido às mentiras que contou”⁹.

Os atos narrados acima, já a partir de sua transformação em autos (Corrêa, 1983), têm desdobramentos e desfechos alicerçados no embate de diferentes sujeitos na esfera jurídica, que, neste caso, ocorreram em momentos distintos, especialmente nos dois julgamentos a que foi o denunciado submetido. O primeiro dos sujeitos em embate é Lindomar – indiciado com a finalização do inquérito policial e a denúncia feita pelo Promotor de Justiça –, que se evadira como vimos acima, e só tempos depois, no início de 1972, foi localizado e preso pela Polícia. Lindomar, louro e de olhos azuis, havia pintado seus cabelos de preto e logo após ser preso fugiu da cadeia local, sendo, porém, logo recapturado e encaminhado à penitenciária de Curitiba. Nos três interrogatórios a que foi submetido – o primeiro, em 1972, perante o Juiz responsável, em 25 de fevereiro de 1972; o segundo, em 22 de fevereiro de 1973, frente ao 1º Júri Popular, e o terceiro, em 22 de outubro de 1981, no 2º Júri Popular –, Lindomar apresentou versões diferentes dos fatos e suas circunstâncias, ressaltando destas, porém, três

9 – “Depoimento de Constantino, 24-04-1969”. Juízo de Direito... PCr nº 30/69, *op. cit.*, p. 23 e v.

ênfases: a negação da autoria do crime, sua adequação aos papéis e atributos socioculturais masculinos e a inadequação de Rosana aos papéis e atributos socioculturais femininos. No primeiro interrogatório, afirmou que, ao retornar à sua casa, após dois dias de ausência, não encontrou Rosana; no segundo interrogatório, mantendo a primeira versão, atribuiu esta ausência à suposição de que Rosana tivesse voltado para junto dos pais¹⁰; já na versão apresentada ao 2º Júri Popular, Lindomar afirmou:

“[...] que nunca disse aos pais da vítima que a mesma teria falecido num acidente nas proximidades de Curitiba; que numa certa ocasião disse à vítima que pretendia voltar a São Paulo à procura de emprego; que a mesma lhe respondeu que se fosse para São Paulo voltaria para a casa dos pais; que no dia 07 de fevereiro mais ou menos foi para São Paulo; que no mês de janeiro, quando decidiu ir para São Paulo, já começou juntamente com a vítima a vender seus bens imóveis; que nunca pensou muito no porquê a vítima acabou sendo morta porque esse assunto não lhe diz respeito e também porque tem muito trabalho [...]”¹¹

Contribuíram para a construção da versão de Lindomar – especialmente no sentido de mostrá-lo como um sujeito adequado aos papéis e atributos socioculturais masculinos –, agentes que atuaram ao seu lado, o advogado dativo e os advogados particulares, constituídos pelo próprio

10 – Nesta versão, Lindomar afirmou que ficou de 09 a 11-04-1969 na cidade de MCR, a fim de reparar seu veículo, tendo ficado na casa de seu compadre, companheiro da proprietária da “zona” local. Ao regressar a sua casa, não teria mais encontrado Rosana e, assim, no dia 16 seguinte, dirigiu-se até a casa dos pais de Rosana, a fim de se despedir dela, pois iria embora para São Paulo, mas também não a encontrou lá.

11 – “Interrogatório do réu, 22-10-1981”. Juízo de Direito... PCr nº 30/69, *op. cit.*, p. 273.

acusado ao longo do processo¹². Segundo estes, Lindomar era um professor, homem culto e benquisto no lugarejo onde residia, trabalhador – ocupando na ocasião do 2º julgamento a chefia do setor de pessoal de Itaipu Binacional –, o que podia ser demonstrado por documentos que anexaram aos autos: atestado de estudos – dois anos numa Faculdade de Filosofia em Santa Catarina –, contratos de trabalho registrados em carteira, cópia da portaria de nomeação para o cargo de diretor do Ginásio de Novo Sarandi, declaração de idoneidade na sua atuação como professor e diretor da escola local e certidão de “excelente comportamento carcerário”.

Rosana, por sua vez, segundo os advogados e o próprio Lindomar, foi identificada como uma “[...] prostituta da zona do meretrício de Marechal Cândido Rondon”, tendo o indiciado aceitado viver maritalmente com a mesma apenas para que ela saísse da vida mundana e se reaproximasse da família, como era seu desejo. Além disso, segundo o acusado, Rosana possuía um outro amante e planejava acompanhá-lo para outro lugar, bem como mentira sobre uma gravidez, que seria impossível de ocorrer – segundo o mesmo –, pois sua amásia tomava anticoncepcional. A tentativa de construir uma imagem negativa da vítima ficou clara também nas afirmações de um dos advogados do réu: “Mulher esta que um dia ele trouxe para o caminho reto, onde lhe fizera juras de amor e o voto de plena e capaz dedicação. Infeliz essa que, imeritória de seu zelo e carinho, fugiu do lar inquinada pelo despreparo e se aninhou na sorte da vida mundana”¹³.

O Promotor de Justiça havia oferecido a denúncia em 25-10-1971, enquadrando o indiciado nos arts. 121 (§ 2º, incs. II, III e IV, referentes a homicídio qualificado, cometido por motivo fútil, por asfixia, e mediante dissimulação), 211 (ocultação de cadáver) e 44 (inc. II, letra

12 – Quando um indiciado não possui um advogado constituído, o Juiz tem o dever de lhe designar um defensor dativo.

13 – “Contra-Razões de Apelação, 21-09-1983”. Juízo de Direito... PCr nº 30/69, *op. cit.*, p.199.

g, por prevalecer-se de relações domésticas e de coabitação) do CP brasileiro, enfatizando que o desaparecimento do acusado era prova suficiente de que fora “[...] de sua lavra o hediondo crime, cometido com requintes de crueldade e sangue frio, culminando por ocultar o cadáver no jardim de sua própria residência, enquanto ultimava os preparativos para desaparecer da localidade”¹⁴. Considerando a denúncia, o Juiz pronunciara, em 1º de agosto de 1972, o agora denominado réu, pela autoria do crime, considerando que, mesmo não havendo “certeza consubstanciável”, verificara-se a “existência de presunções e indícios veementes contra o réu”, como os preparativos,

“[...] venda de móveis, da casa em que vivia com a vítima, o buraco aberto no quintal, as viagens e os dias passados fora de casa, as visitas ao pai de Rosana, do qual [...] pretendeu tomar dinheiro emprestado e ao qual contou fantasiosa história para justificar o desaparecimento de Rosana; o desaparecimento coincidente à época da mudança de Lindomar [...], após capturado [...], sua fuga da cadeia local [...], testemunhas viram Lindomar emparelhando a terra sobre o buraco em que foi encontrado o cadáver [...]; a cessão e transferência de direitos sobre uma chácara feita pelo mesmo na época; as afirmações a vizinhos de que Rosana ficara em casa de seus pais, atendendo a mãe doente”¹⁵.

O embate deu-se entre diferentes atores jurídicos nas diferentes instâncias por que passou o processo, mas principalmente entre o Promotor Público – acompanhado por um assistente de acusação contratado pelo pai da vítima – e os defensores contratados pelo réu, além

14 – “Peça de acusação, 25-10-1971”. Juízo de Direito... PCr nº 30/69, *op. cit.*, p. 67.

15 – “Sentença de Pronúncia, em 01-08-1972”. Juízo de Direito... PCr nº 30/69, *op. cit.*, pp. 87-88.

dele mesmo. Porém, o desfecho do processo – para o qual estes agentes mobilizaram e/ou manipularam, principalmente, os papéis e atributos socioculturais que definem homens e mulheres – coube aos membros do Tribunal do Júri. Estes deviam ser cidadãos idôneos e de boa formação moral, geralmente pertencentes à classe média (Corrêa, 1983), cujo julgamento “imparcial” esperado encontrou certamente limites bem precisos: os da cultura de seu próprio tempo e lugar, que delineou a forma como acessaram as “informações” recebidas, bem como marcou suas posições sobre o ocorrido. Segundo Ginzburg (1987: 27), “a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”.

O primeiro Júri Popular ocorreu no dia 22 de fevereiro de 1973. Após a votação dos quesitos pelos jurados, o Conselho de Sentença, por cinco votos a dois – ressaltando que todos os membros eram do sexo masculino –, admitiu a negativa de autoria imputada ao acusado, competindo ao Juiz decretar a absolvição de Lindomar. Não conformado com a decisão dos jurados, o Promotor de Justiça entrou com um pedido de recurso ao Tribunal de Justiça do Estado, defendendo que a decisão do Conselho de Sentença foi manifestante contrária à prova dos autos. Em suas palavras os indícios eram conclusivos e não havia “esteio possível para a versão do réu, frente à avalanche de indícios que as testemunhas oferecem”, e nem mesmo “a confissão do réu seria prova comparável à imensa e farta prova indiciária existente”¹⁶. A defesa, por sua vez, apresentou as contra-razões de apelação, nas quais, como já vimos acima, reforçou os argumentos no sentido de macular a imagem da vítima e enaltecer a imagem do acusado, apelando também ao princípio *in dubio pro reo*, previsto pelo Código Penal¹⁷.

16 – “Recurso do Promotor, 06-09-1973”. Juízo de Direito... PCr nº 30/69, *op. cit.*, p. 180.

17 – Em crime cometido no ambiente privado, geralmente não há a presença de testemunhas oculares, o que beneficia o indiciado. O Código Penal prevê que, se existir a menor chance de o acusado ser inocente, deve ocorrer a absolvição. Cfe. “Contra-Razões de Apelação...”. Juízo de Direito... PCr nº 30/69, *op. cit.*, pp. 210 e 213.

O parecer do Tribunal de Justiça do Estado reconheceu a oposição do defensor, porém considerou – por unanimidade – o recurso procedente, pois no processo “todos os elementos e circunstâncias” demonstravam a “responsabilidade penal do apelado, formando um todo de convicção e certeza [...]”¹⁸. Lindomar deveria, assim, ser submetido a novo julgamento, que veio a ocorrer somente em 1981. Consta nos autos que nesse julgamento houve apenas uma testemunha, de defesa, um ex-aluno do réu¹⁹. Novamente, o Corpo de Jurados absolveu Lindomar, desta vez por seis votos a um. Coincidência ou não, o Júri era composto por seis homens e apenas uma mulher. Parafraseando Eluf (2003: 38), pode-se afirmar que tudo conspirou a favor de Lindomar e “ele pôde voltar para casa, embora, talvez, a versão correta fosse a de homicídio qualificado. O Júri, algumas vezes, não se abala com a argumentação jurídica e absolve simplesmente porque quer”.

O caso Otacílio/Florinda²⁰

Casados há cerca de um ano em 1974, Otacílio e Florinda tinham uma filha em comum. Residiam na casa dos pais de Florinda – na linha Brasília, distrito de Vila Nova, interior do Município de Toledo –, em companhia destes e do outro filho de Florinda, tido antes de seu casamento com Otacílio. Afirmaram as testemunhas do processo criminal que desde o início do casamento o casal não vivia bem. Em razão de uma situação que se tornara insustentável, ficou combinado

18 – “Parecer do Relator do Tribunal de Justiça, 16-10-1973”. Juízo de Direito... PCr nº 30/69, *op. cit.*, p. 233.

19 – A existência de uma só testemunha neste julgamento talvez se justifique pelo tempo transcorrido entre a data deste e a do crime, algumas testemunhas talvez podiam ter falecido, outras mudado de endereço, de Estado, ocasionando a perda de contato com a Justiça.

20 – Relato baseado nas peças do processo criminal: Juízo de Direito da Comarca de Toledo. PCr nº 74/74, 1974. Todos os nomes dos envolvidos no processo, bem como dos agentes jurídicos, foram trocados por pseudônimos. Manteve-se, no entanto, os nomes reais de localidades e datas.

entre Otacílio e seu sogro que ambos iriam até a cidade solicitar o desquite do casal. Otacílio, que pernoitara na casa de um vizinho, no dia 15-07-1974, por volta das 10h30min, dirigiu-se à residência de seu sogro, Anselmo Macedo, onde encontrou sua esposa e “iniciou violenta altercação com a mesma”²¹. Munindo-se de uma marreta de ferro, desferiu, na seqüência, um golpe contra Florinda. Sua sogra, Firmina, que tentou interferir no intuito de defender a filha, acabou sofrendo também o impacto de algumas marretadas. Ato contínuo, Otacílio correu atrás de Florinda, que saíra da residência e agarrou uma foice que encontrara no caminho. Ao alcançá-la passou a desferir golpes sobre a mesma, atingindo-a na cabeça, no ombro e em outras partes do corpo, além de golpear novamente sua sogra, que tentava segurá-lo. Otacílio somente estancou a agressão ao ver Florinda caída ao solo inerte, empreendendo fuga em seguida e refugiando-se em um matagal próximo, onde foi capturado por populares e conduzido à delegacia da cidade.

Testemunhas interrogadas, tanto pelo Delegado de Polícia quanto pelo Juiz, como um concunhado do indiciado, que morava próximo e ouvira gritos, e outro vizinho cuja casa distava 150 metros da dos envolvidos, afirmaram que Otacílio e Florinda, apesar do pouco tempo de casados, viviam em atritos pelo fato de Otacílio não gostar de trabalhar e porque este vivia à custa de parentes. Esta versão dos fatos corroborou a apresentada por Florinda em seus depoimentos sobre a motivação dos constantes atritos entre o casal: Otacílio não gostava de trabalhar, nem cuidava bem da família.

Como no caso Lindomar/Rosana, os atos transformados em autos motivaram certas ações. A primeira delas, neste caso, foi o “exame de lesões corporais”, seguida do de “sanidade física” em Florinda – que sobrevivera às agressões –, e em sua mãe, Firmina, quando os peritos constataram em relação à primeira “uma fratura exposta no ombro

21 – “Denúncia do Promotor, 07-10-1974”. Juízo de Direito... PCr nº 74/74, *op. cit.*, p. 02.

esquerdo”, “arrancamento de taba óssea e perda de massa encefálica”, tendo passado a vítima por uma situação de perigo de vida e, resultando disso, deformidade permanente na região frontal, onde fora golpeada com a foice; em relação à segunda, os peritos constataram a presença de escoriações generalizadas pelo corpo, além de uma ferida contusa na mão direita, que a impossibilitaria de exercer as ocupações habituais por trinta dias, porém nenhuma deformidade permanente²².

Após a realização dos exames, coleta de depoimentos e não restando nenhuma dúvida sobre a materialidade e autoria do crime, o delegado responsável pelo inquérito indicou em seu relatório encaminhado ao Juiz que Otacílio produzira em sua esposa ferimentos de natureza grave e, embora não tenha tipificado o crime, identificou a ocorrência como referente a “lesões corporais”. O Promotor de Justiça teve, porém, um entendimento diferente sobre a tipificação do ocorrido, oferecendo a denúncia e enquadrando Otacílio nos arts. 121 (§ 2º, incs. II e IV, referentes ao crime de homicídio qualificado, por motivo fútil e mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima) e 14 (que se refere ao crime tentado, isto é, ao crime que apenas não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do agente). O promotor pediu ainda a prisão preventiva do acusado, com base no art. 311 e ss., do CP brasileiro, visto que não havia qualquer excludente que o beneficiasse, pois Otacílio não possuía profissão, nem ocupação definida. O pedido foi aceito pelo Juiz, que ordenou a expedição do mandado de prisão.

Iniciou-se, neste momento, uma segunda fase, na qual, a partir de argumentos já esboçados na fase inquisitorial, acusação e defesa travaram uma batalha no sentido de construir uma fábula que levasse a um desfecho considerado favorável a uma ou outra parte. A mobilização e/ou manipulação de papéis e atributos socioculturais de gênero teve função principal então. Neste caso específico, de um lado,

22 – “Laudo do exame de lesões corporais, 17-07-1974”. Juízo de Direito... PCr nº 74/74, *op. cit.*, p. 07 e v.

Promotoria e vítima – e suas testemunhas – buscaram “fazer justiça” pela qualificação do crime, a periculosidade do acusado, a desproteção da vítima e a inadequação do réu aos comportamentos esperados para um homem naquele tempo e lugar. Assim, Florinda afirmou que Otacílio saía inúmeras vezes de casa à noite; que numa das ausências mais prolongadas descobriu que estava grávida de gêmeos; que apanhava freqüentemente do indiciado; que no dia do ocorrido Otacílio começou a agredi-la sem falar uma palavra sequer; e seu pai declarou que o acusado já tivera anteriormente a intenção de matar a esposa utilizando-se de uma faca. Em suas alegações finais, o Promotor Público argumentou que a partir das provas colhidas era possível verificar a tentativa de homicídio, pois:

“[...] os golpes produzidos [...] contra sua esposa [...] só não determinaram a morte da mesma [...] por circunstâncias alheias à vontade do agente, pois que um dos ferimentos [...] expôs sua vida à sério e profundo perigo, haja vista a delicadeza da parte ofendida [...], que os meios usados pelo acusado eram potenciais ao cometimento de homicídio, quais sejam uma marreta de ferro e uma foice”²³.

Por outro lado, defensoria e réu – com suas respectivas testemunhas – buscaram atenuar o crime, desqualificar a vítima e elevar o réu à condição de adequado. Neste sentido, Otacílio justificou sua agressão primeiro em razão de “uma resposta mal dada e uma ameaça de agressão” por parte da esposa²⁴; em seguida, porque Florinda reclamava de suas saídas de casa, tinha ciúmes e havia se oposto à idéia de separação.

23 – “Alegações Finais do Promotor de Justiça, 17-03-1975”. Juízo de Direito... PCr nº 74/74, *op. cit.*, pp. 47-48.

24 – “Depoimento de Otacílio, 18-07-1974”. Juízo de Direito... PCr nº 74/74, *op. cit.*, p. 10 e v.

Afirmou que não tivera a intenção de agredi-la; e que só lhe golpeara com a foice depois de ter sido ameaçado com uma faca. Que em seguida se arrependera pelo ato praticado. Que tentara se separar antes, mas fora procurado pelo sogro em nome da esposa, que desejava que ele voltasse para casa. Que ao contrair matrimônio com Florinda esta já possuía um filho. As testemunhas de defesa foram unânimes em apresentar a vítima como pessoa ciumenta, que não gostava nem que seu marido fosse à casa de vizinhos; reafirmaram o dito de Otacílio sobre a intervenção de familiares da vítima para que ele voltasse para o lar; declararam que o acusado “não podia agüentar a esposa”, uma vez que brigavam muito; e, em contraposição, descreveram o acusado como homem trabalhador, boa pessoa e amigo de todos, nada existindo que desabonasse sua conduta.

O defensor dativo, nomeado pelo Estado para atuar no caso, tentou desclassificar o crime, pela mácula interposta à imagem da vítima, da qual o réu não teria certeza das “qualidades morais”, pois ao se casarem já tinha esta um filho

“[...] e, após um ano de casados, já possuíam uma filha de cinco meses, provando que o casamento foi realizado, com a vítima grávida, tendo o réu demonstrado compaixão para com sua amásia, para dar proteção ao seu filho que estava por nascer, protegendo também o primeiro filho da vítima, que não tem conhecimento de quem é o pai, dando oportunidade à vítima de se redimir de seus erros anteriores e passar a ter nova vida com nova moral”²⁵.

Procurou o advogado, ao mesmo tempo, desconfigurar a intenção criminosa do réu, argumentando que não era vontade do mesmo agredir sua companheira, mas que “[...] sob o domínio da violenta emoção, não teve ele condição momentânea de avaliar o que estava

25 – “Defesa Prévia, 26-03-1975”. Juízo de Direito... PCr nº 74/74, *op. cit.*, p. 52.

fazendo”; tentou inverter a culpa pelo acontecido, baseado no fato de que a vítima não concordava com o desquite; solicitou assim a “desclassificação da denúncia, para que o réu responda pelo delito de lesões corporais, [...] por ser de *justiça*”²⁶.

Não aceitando a tese da Promotoria de que o que ocorrera fora uma “tentativa de homicídio”, e comungando com as teses da defesa sobre a não-intencionalidade do ato, o Juiz optou por tipificar o crime como “lesões corporais” (art. 129), chamando para si – pois nestes casos não há julgamento popular – a responsabilidade pelo desfecho do processo. Justificou sua posição através das seguintes máximas:

“É que a tentativa de morte exige atos inequívocos da intenção do agente, frustradas por circunstâncias independentes de sua vontade. Não basta, assim, para configurá-la, a simples ocorrência de lesões corporais. A intenção homicida deve estar patenteada. Face às circunstâncias em que ocorreram os delitos, o *animus necandi* não restou configurado. Inexiste nos autos a certeza de que o acusado resultou matar e não ferir. E, na dúvida sobre sua vontade, deve o julgador concluir pela infração menos grave. [...] A denúncia não deve subsistir em sua totalidade, uma vez que o réu não desejava matar ou tentar matar a vítima Florinda”²⁷.

Proferida a sentença, e pelo fato de o indiciado encontrar-se preso há seis meses, o Juiz determinou a expedição do alvará de soltura, devendo o réu assinar termo de compromisso de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de novamente lhe ser decretada a

26 – *Id.*, *ibid.*

27 – “Sentença proferida pelo Juiz, em 28 de abril de 1975”. Juízo de Direito... PCr nº 74/74, *op. cit.*, pp. 57-58.

prisão. O réu foi colocado então em liberdade, em 29-04-1975. O defensor requereu ao Juiz que, após ter sido estabelecida a pena, o réu a cumprisse sob o regime de prisão-albergue, por ser primário e por não apresentar periculosidade em seu comportamento. Por fim, o réu acabou sendo beneficiado pelo *sursis* e se apresentou à Justiça por nove vezes. O processo finalmente foi arquivado, em agosto de 1977, três anos após o crime.

E assim se fez a justiça...

No caso Lindomar/Rosana, a demonstração de uma imagem completa do indiciado, isto é, a comprovação de que se tratava de um indivíduo cumpridor de seu papel social nas diferentes esferas da vida pública e privada (“cidadão respeitado e benquisto no povoado”, “não possuindo nenhum fato que desabone sua atitude”) foi imprescindível para que a estratégia sustentada pelo defensor – a negativa de autoria – fosse legitimada pelo Júri Popular. Apesar das fortíssimas evidências sobre a materialidade e autoria do crime, Lindomar conseguiu convencer os jurados que um homem com uma imagem pública completa, como a sua, seria incapaz de cometer um ato tão monstruoso e cruel. A descrição deste caso permite evidenciar o peso que os “móveis extralegais” (Adorno, 1994) tiveram nas decisões judiciais dos crimes passionais circunscritos à jurisdição da Comarca de Toledo-PR, entre os anos 1954 e 1979. Não foi o crime propriamente dito que foi considerado, mas a adequação dos envolvidos aos papéis sexuais/sociais construídos coletivamente. É uma unanimidade para os autores de referência (Corrêa, 1983; Ardaillon e Debert, 1987; Adorno, 1994; Izumino, 1997), o que se comprovou nesse caso, que o cidadão que conseguir provar sua boa conduta nas outras áreas de convívio social já tem muito a seu favor.

Obviamente, o fato de um acusado – como Lindomar – ser um cidadão cumpridor de sua função na esfera pública não significa que ele não seja capaz de cometer atrocidades no ambiente privado, o que, no entanto, nem sempre foi considerado pelos diferentes agentes jurídicos

envolvidos nos processos analisados. Para Saffioti (1994: 162): “O homem pode ser violento com sua companheira e manter relações sociais consideradas adequadas aos demais setores da vida”. Ademais, ao contrário do que pensavam os jurados do caso Lindomar, a autora afirma que “o homem violento não tem rosto exatamente (perfil), porque pode assumir qualquer feição” (Saffioti, 1994: 164).

A leitura detalhada do processo criminal do caso Lindomar/Rosana leva-nos à inferência de que o motivo do crime, embora não reconhecido legalmente, tenha sido as brigas entre o casal Rosana e Lindomar, motivadas pelo ciúme que a mesma possuía de seu companheiro com Irene Dias, com quem este “andava de conversinhas”. As evidências contra o indiciado, conforme afirmaram o Promotor e o Juiz, “falam por si mesmas”. O acusado, além de apresentar versões fantasiosas sobre o fato, se desfazer de seus bens com tanta pressa, mentir sobre a morte da cachorra, sobre a fuga de Rosana, não se importando em saber o motivo pelo qual havia sido supostamente traído, realmente são muito contundentes. No entanto, sua postura de “homem de bem”, culto e trabalhador, ocupante de um cargo de alta confiança em uma instituição do porte da Itaipu Binacional, foi mais forte do que as evidências contra si apuradas. Os jurados não podiam associar o suposto agente ao cruel assassinato de Rosana e optaram pela absolvição de Lindomar. Pode-se assim concluir que a absolvição de Lindomar se deveu à repercussão pública de seus atributos positivos em contraposição às características negativas de Rosana, uma “ex-meretriz”.

O segundo processo relatado, o caso Otacílio, é menos denso que o anterior, porém não menos intrigante. Neste caso, o réu não possuía uma imagem completa, como no caso anterior, embora seu defensor tenha tentado construir tal imagem, ao solicitar a inquirição de novas testemunhas que pudessem contrapor-se à imagem de Otacílio construída pelas primeiras testemunhas, inclusive por um concunhado seu, como a de um homem que não gostava do trabalho e que vivia à

custa de seu sogro, deixando a família muitas vezes desamparada. No caso Lindomar, o crime teria sido cometido “às ocultas”, e o acusado fora beneficiado por não possuir testemunhas oculares do fato. Neste caso, contudo, havia várias testemunhas, e mesmo assim o réu foi beneficiado com a desclassificação da modalidade delituosa e, em seguida, pelo *sursis*. O próprio Juiz afirmou no momento da sentença que não bastava uma “simples ocorrência de lesões corporais” para configurar uma tentativa de homicídio. Mas será que uma agressão com uma marreta de ferro e posteriormente com uma foice, que chegou inclusive a arrancar massa encefálica da vítima, não demarcava a intenção de matá-la? Além disso, houve uma tentativa de inversão da culpa, uma constante em casos deste tipo, como já demonstraram alguns estudos (Ardaillon e Debert, 1987), quando a defesa se utilizou da estratégia de tentar configurar a vítima como pessoa ciumenta, possessiva, de comportamento moral duvidoso, e o acusado como uma pessoa amiga de todos, que tentou trazer sua companheira para a vida reta, tendo inclusive assumido um filho que não era seu, o que demonstraria suas boas intenções. As novas testemunhas entraram em cena para reforçar essa imagem, buscando delinear Florinda como uma mulher “sem muitas qualidades morais”, com base no fato de já possuir um filho antes do casamento. Assim, tentou-se colocar a culpa na vítima como tendo um comportamento inadequado, motivo para justificar a agressão. Essa característica de desqualificar a vítima também foi percebida no caso Lindomar.

Este caso sugeriu nítidas inclinações condenatórias por tentativa de homicídio, mas o crime de Otacílio foi desclassificado para lesões corporais. Como indica a literatura de referência, a intensidade da pena está relacionada com o ajustamento dos protagonistas aos papéis sociais de gênero idealizados. Neste caso, a impossibilidade de construção de uma imagem total do réu, aliada à imagem rompida da vítima, contribuiu para o desfecho verificado, ou seja, nem a absolvição total, nem a condenação total do réu.

Considerações finais

Procurou-se demonstrar no decorrer deste trabalho, a partir da conjugação de reflexões teóricas e dados empíricos levantados em autos criminais, o peso que os chamados “móveis extralegais” (Adorno, 1994) possuíram no processamento dos “crimes da paixão” registrados na jurisdição da Comarca de Toledo, entre 1954 e 1979. Notou-se que não apenas a materialidade e a autoria dos delitos foram consideradas na dinâmica processual, mas o comportamento social dos envolvidos e sua maior ou menor adequação aos modelos sociais/sexuais construídos pela coletividade. Pode-se sugerir que, no período estudado, esses crimes poderiam ter, em grande escala, suas sentenças previstas. Portanto, a maioria das sentenças proferidas aos acusados não surpreendeu, mas apenas consolidou um desfecho que estava sendo construído de antemão.

A pesquisa apresentada confirmou a proposição de Ardaillon e Debert (1987), ao verificar a existência de certa condescendência em se tratando de homicidas passionais, na medida em que estes cometeriam seus crimes com base em valores morais estimados pela sociedade. Sendo assim, tais homicidas não representariam uma grande ameaça para a ordem social. Percebe-se também que o agente do crime passionais possui grande chance de conquistar a impunidade, ou a quase-impunidade. Inferência semelhante já realizara Fausto (1984), ao constatar, através de levantamento numérico, a maior probabilidade de os acusados se safarem de um crime passionais do que de outros tipos de homicídio.

Sugeriu-se que a violência de gênero, especialmente a dos chamados “crimes da paixão”, é reflexo da estrutura social de gênero vigente na sociedade brasileira. Nas décadas de 1950 a 1970, a organização social de gênero ainda era bastante hierarquizada e determinista, na medida em que atribuía padrões de comportamentos para homens e mulheres que deveriam ser seguidos. Nesta estrutura a mulher ocupava freqüentemente um papel de subalternidade. Procurou-se indicar que as diferenças entre os sexos e os papéis que cada um deveria desempenhar

se converteram, muitas vezes, em desigualdades no âmbito do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro, em especial na região e temporalidade histórica analisadas. A não-adequação a esses padrões de conduta serviu como justificativa em grande parte das absolvições, como se uma atitude “desviante”, no caso da vítima, pudesse ser punida com uma outra atitude ainda mais desviante e, apesar disso, ser considerada legítima perante o agrupamento social.

De modo geral, os resultados obtidos confirmaram a literatura específica sobre o tema da violência de gênero e dos crimes passionais. Entretanto, ao contrário da conclusão de Eluf (2003), para quem o ponto-chave para a consumação do crime passionais seria resultante do fator econômico, constatamos, através da análise dos dados constantes nos autos criminais, que tais fatores não foram o motor do delito em nenhum dos casos registrados no período na região da Comarca de Toledo-PR. As versões construídas nos autos indicam que todos os casos foram deflagrados por questões emocionais decorrentes dos conflitos de gênero, ou seja, aqueles relacionados à quebra dos papéis normativos de homens e mulheres. No caso masculino, o motivo predominante foi o ciúme excessivo e nos casos que envolveram mulheres como homicidas, as causas que se destacaram foram as de maus-tratos e brigas.

Percebeu-se que nenhum dos crimes que envolveram mulheres como indiciadas podiam ser denominados passionais na acepção jurídica do termo. Isso significa que as mulheres assassinaram seus companheiros não por causa do “amor excessivo”, mas, sim, por se encontrarem em uma situação que já não podiam mais suportar. Talvez esse aspecto justifique o índice de 100% de consumação dos crimes cometidos pelas mulheres.

Já nos casos de homicidas do sexo masculino, os crimes foram cometidos em grande parte das vezes por ciúmes ou questões que envolvem a chamada honra masculina, como a traição ou o abandono. Amparados num imaginário social que considerava a honra atributo de masculinidade, estes homens se achavam no direito de defendê-la,

quando a acreditavam maculada, mesmo que isso significasse a supressão física de suas companheiras. Atitude muitas vezes legitimada pelo Júri Popular, cujos integrantes compartilhavam majoritariamente dos mesmos valores morais.

Verificamos que, além da desigualdade de gênero, as desigualdades sociais e econômicas também foram decisivas nos desfechos legais dos delitos estudados. Dessa forma, é possível afirmar que a natureza da defesa foi decisiva no desenlace dos processos, pois o desempenho do advogado de defesa constituído e do dativo foi consideravelmente distinto.

Outro aspecto interessante é que, em casos onde a defesa foi conduzida por um advogado próprio, a diversificação da sentença se restringiu a apenas duas situações diferentes e inversamente opostas: absolvição ou condenação. Em processos onde atuaram advogados designados pelo Juiz se percebeu uma outra realidade, na qual existe uma tendência diferenciada: a condenação ou a absolvição com internamento como medida de segurança. Nesta última situação, há um aspecto revelador. A sentença absolutória, mas com internamento como medida de segurança, foi proferida a duas mulheres e um homem, identificado como indígena. Foi verificada certa tendência, portanto, ao tratamento de mulheres que cometeram esse tipo de delito, como sendo pessoas despreparadas para o convívio social ou, em outras palavras, no imaginário coletivo dominante, onde a mulher era considerada pacífica, terna e dócil, o fato de uma esposa assassinar seu próprio companheiro já seria uma evidência de que ela pudesse sofrer de problemas mentais e, sendo assim, deveria ser afastada do convívio social. O indígena foi considerado um silvícola, uma pessoa despreparada para o convívio social, na medida em que não era considerado capaz de discernir uma conduta criminosa, representando um perigo constante para a coletividade.

Nem sempre foi a mesma lógica que presidiu os julgamentos dos “crimes da paixão”, pois assim como qualquer realidade social possui contradições, estes casos não seriam diferentes, mas a discriminação de

gênero foi sempre uma constante na condução dos processos analisados nessa pesquisa. Com base em Adorno (1994) pode-se dizer que o funcionamento do aparelho judiciário, especialmente no caso da Comarca de Toledo-PR entre os anos 1954 e 1979, demonstrou uma certa dificuldade de traduzir diferenças e desigualdades em direitos e de fazer da norma uma medida comum.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. *Crime, Justiça Penal e Desigualdade Jurídica: as mortes que não se contam no Tribunal do Júri*. Revista USP, São Paulo, nº 21, pp. 132-151, mar./abr./maio, 1994.
- ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita. *Quanto a vítima é mulher (análise do julgamento de crimes de estupro, espancamento e homicídio)*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM; Centro de Estudos e Documentação para Ação Comunitária – CEDAC, 1987.
- BRASIL. *Código Penal e sua interpretação jurisprudencial*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1987.
- BRASIL. *Código Penal: Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940*. 9ª ed., São Paulo: Ed. At, 1983.
- COLODEL, José Augusto. *Obrages & companhias colonizadoras: Santa Helena na História do Paraná até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____. *Crimes da Paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CORREIA, Iara Toscano. *Processos Criminais: possibilidades de pesquisa histórica*. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, Uberlândia, nº ^{os} 28 e 29, pp. 16-19, 2º sem., 1994.
- DELMANTO, Celso, et al. *Código Penal Comentado*. 6ª ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Ed. Edição Renovar, 2002.
- DIAS, Maria Odila L. S. *Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças*. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, nº especial, pp. 373-382, 2º sem., 1994.

- ELUF, Luiza Nagib. *A paixão no banco dos réus: os casos passionais célebres: de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FONTOLAN, Tânia. *A participação feminina no Tribunal do Júri*. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1994.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial. Migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- INSTRAW. *Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento. Uma abordagem básica*. DF: Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal – GDF, 1995.
- IZUMINO, Wania Pazinato. *Justiça e Violência contra a mulher: o papel do Sistema Judiciário na solução de conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.
- JESUS, Damásio E. *Código de processo penal anotado*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1986.
- KANT DE LIMA, Roberto. *Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 13, pp. 23-38, nov., 1999.
- PEDRO, Joana. *Processos judiciais como fonte histórica: a construção e o uso*. Florianópolis: CCH/UFSC, 1997.
- PIERANGELLI, José H. *Códigos Penais no Brasil: evolução histórica*. Bauru: Jalovi, 1980.
- RIBEIRO, Edméia Aparecida. *Fonte judicial na pesquisa histórica*. *História & Ensino*, Londrina, vol. 03, pp. 57-71, abr., 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ, Monica (org). Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 15, nº 2, pp. 5-22, jul./dez., 1990.

SELLA, Marco Aurélio. *Reflexões sobre história das mulheres e historiografia no Oeste do Paraná: os resquícios dos consensos socioculturais produzidos na colonização de meados do século XX*. Cascavel: UNIPAR (mimeo).

SLAIBI FILHO, Nagib; ALVES, Geraldo Magela. (atualizadores). *Vocabulário jurídico*. De Plácido E Silva. 17ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000.

WADI, Yonissa M. *Histórias de mulheres: a problemática das fontes. História & Ensino*, Londrina, vol. 03, pp. 47-56, abr., 1997.

Fontes

Processos criminais da Comarca de Toledo (1954-1979) – prescritos e absolvidos. Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP, UNIOESTE/Campus de Toledo-PR.

Processos criminais da Comarca de Toledo (1954-1979) – condenados. Fórum da Comarca de Toledo-PR.